

Da unidade do homem às culturas populares

José Guilherme dos Santos Fernandes¹

RESUMO: este artigo se propõe a discutir o conceito de cultura popular, baseado nas relações existentes entre os diversos tipos culturais, bem como em relação à sociedade historicamente circunscrita.

Palavras-chave: cultura popular, folclore, sociedade.

O boi de São Luís é rico em cultura (...)

(Josiane Mascarenhas Lima, 26 anos)

Introdução

Voltei de Parintins com uma questão pendente, dita por minha cicerone no Festival Folclórico²: o que é ser “rico em cultura”, como o Bumba-meu-Boi do Maranhão, em oposição a ter magia e grandiosidade, como o Boi-Bumbá de Parintins? De antemão, devo partir da premissa de que há entre as manifestações culturais, em geral, semelhanças — tanto no Amazonas quanto no Maranhão há bumbás — e diferenças — um boi é cultura, o outro é magia — e nada mais oportuno do que começar a investigar esses aspectos a partir do agente da cultura: o homem. Por que o homem, sendo único em sua constituição biológica, constrói culturas diversas?

O homem, a despeito de sua unidade biológica, apresenta grande diversidade de comportamentos, que por largo tempo foi atribuída somente aos variados ambientes físicos em que habitava. Mas mesmo num espaço comum, o homem pode ser diferente, bastando observar a culinária típica de comunidades diversas de uma mesma região: a diferença pode estar ao lado. No entanto, para se chegar a esta conclusão, foram aventadas muitas hipóteses, que passaram basicamente pelo determinismo biológico e o determinismo geográfico. Em

¹ Professor Adjunto de Teoria Literária, da Universidade Federal do Pará, Doutor em Literatura e Cultura.
mojuim@uol.com.br

² Este artigo foi escrito após meu retorno, no ano de 2002, do Festival Folclórico de Parintins (AM), quando realizei viagem de pesquisa sobre a manifestação dos Bois-Bumbás naquele evento. Naquele momento, contei com o inestimável apoio de minha cicerone, Josiane Lima, para adentrar nos espaços da “brincadeira”.

ambos os casos, esse determinismo sofreu de inconsistência: verificou-se, com o tempo, que era falsa a diferença inata mediante a raça e o sexo; assim como era falso o determinismo geográfico, porque pode haver grande diversidade cultural em um mesmo espaço físico. O que ocorre é que há igualdade na natureza dos homens, havendo entre todos as mesmas funções vitais, só que a satisfação dessas funções pode variar de uma cultura para outra: o homem seleciona os elementos do espaço, para satisfazer suas necessidades, conforme sua história cultural, esta entendida como um conjunto de práticas e objetos que fazem com que um grupo social seja coeso, mesmo havendo diferenças internas, e interaja com outros grupos, mediante a arte, as crenças e hábitos, o direito, o conhecimento racionalizado e a produção econômica. A adaptabilidade do homem ao meio faz com que se instale em diferentes condições mesológicas, mas conserve suas características biológicas. A adaptabilidade origina a diversidade cultural, que pode ser observada nas variações de um mesmo padrão cultural, como por exemplo formas diversas de riso ou de olhar, além das diferentes maneiras de realizar as ações fisiológicas. Chega-se à conclusão que o homem aprende e transforma (*homo sapiens* e *homo faber*) pela cultura e não por uma disposição inata: é aí que o ideológico se sobrepõe ao fisiológico. E o que dizer dos defensores dos determinismos? A crença em qualidades transmitidas geneticamente, ou inatas ao homem de determinada região, vem somente reforçar a discriminação e vem dar um tom de superioridade ou inferioridade nas relações entre culturas diferentes, justificando e legitimando desigualdades sociais e raciais; basta lembrar do termo **caboclo**, que de uma classificação étnica passou a uma categorização social na Amazônia, com conotação de inferioridade — é o selvagem — face ao civilizado — o colonizador.

Para compreender as culturas na contemporaneidade, suas semelhanças e diferenças, é necessário rever a constituição histórica do conceito, sua genealogia. O termo **cultura** deriva do latim *colo*, “eu moro, eu ocupo a terra”, e teve sua utilização primeira, em fins do século XIII, ligada ao cuidado com o campo e o gado, sendo também uma parcela de terra cultivada. Posteriormente, adquire o sentido figurado relacionado à formação do homem, à educação do espírito, isto em fins do século XVIII. Este uso é consagrado pelo Dicionário da Academia Francesa, que concebia à cultura o caráter de soma de saberes acumulados e transmitidos pela Humanidade como um todo. A palavra passa a servir fielmente à ideologia do Iluminismo, tendo seu sentido associado às idéias de progresso, evolução, educação, razão. Cultura se

aproxima de um outro termo do vocabulário francês do século XVIII: civilização. A diferença é que cultura se referia aos progressos individuais, enquanto civilização aos progressos coletivos.

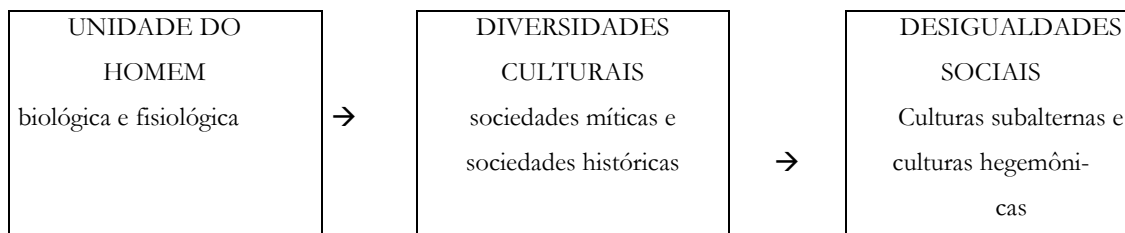
O separatismo e diferenciação entre cultura e civilização, no entanto, se dá no transcorrer do século XIX, no que se pode convencionar como o debate franco-alemão sobre a cultura³. Os laços estreitos entre o estilo de vida cortesã na França e na Alemanha, fizeram com que os intelectuais e as classes média e burguesa alemãs passassem a questionar e denunciar esta relação como uma forma de alienação em seu país. Assim, a palavra *kultur* passa a designar “tudo o que é autêntico e contribui para o enriquecimento intelectual e espiritual; ao contrário, o que é somente aparência brilhante, leviandade, refinamento superficial, pertence à civilização” (CUCHE,1999, p.25). A cultura passa então a se opor paulatinamente à civilização. De marca característica da burguesia alemã, o termo se converte, no século XIX, em marca distintiva da nação alemã. A legitimidade de uma classe social se torna a legitimidade de uma nação, mediante a delimitação e consolidação das diferenças nacionais em um todo coeso, o que faz o termo cultura se aproximar da ideia de nacionalismo:

a cultura vem da alma, do gênio de um povo. A nação cultural precede e chama a nação política. A cultura aparece como um conjunto de conquistas artísticas, intelectuais e morais que constituem o patrimônio de uma nação, considerado como adquirido definitivamente e fundador de sua unidade (Ibidem, p.28).

Cultura toma para si um sentido particularista e civilização um sentido universalista. O problema é que tanto os particularismos como os universalismos extremados são minimizadores e podem levar à barbárie e ao fascismo, ou, no mínimo, a discriminações sociais. Em todo caso, o debate franco-alemão foi precursor das duas concepções de cultura que são o impasse mais visível no que se refere à questão na atualidade, e que também são os pontos nevrálgicos para se conceituar a cultura.

³ Peter BURKE (1989) é esclarecedor sobre essa questão, no que considerou como a descoberta da cultura popular no bojo de um movimento de primitivismo cultural, no final do século XVIII e início do XIX, em que antigo, distante e popular se igualaram: “Esse movimento foi também uma reação contra o Iluminismo, tal como se caracterizava em Voltaire: contra o seu elitismo, contra seu abandono da tradição, contra sua ênfase na razão (...). O Iluminismo não era apreciado em certas regiões, como, por exemplo, na Alemanha e na Espanha, por ser estrangeiro e constituir mais uma mostra do predomínio francês (...). A descoberta da cultura popular estava intimamente associada à ascensão do nacionalismo” (BURKE, 1989, p. 38-39) .

Esquemáticamente, as relações socioculturais dos homens, que dão origem às diversas culturas, em particular às populares, podem assim se dispor:



Observamos que a “imutabilidade” da cultura, no sentido de ser identidade de um povo ou nação ou ainda como marca indelével da Humanidade, se constrói e dá coesão a uma sociedade, por seu turno, de outro modo é obra de interesses políticos e ideológicos da classe dominante, mais do que resultado natural do contínuo processo de transformação, tanto endógeno (no próprio sistema cultural) quanto exógeno (entre sistemas culturais), que de fato ocorre com as manifestações culturais. A condição de “imutabilidade” tem levado tão-somente a desigualdades no meio das sociedades, desigualdades estas que se objetivam na hierarquia que determina posições bem definidas para o que é cultura superior (hegemônica) ou culturas inferiores (subalternas). Além do mais, a hierarquização da cultura torna invisível os conflitos internos de uma sociedade e a ordenação imposta, que passam a ser “naturalizados”, assim como invisível se torna o fato de que as culturas nascem das relações sociais desiguais, quando se trata dessas mesmas diferenças internas: considerar as culturas como estanques e autodeterminadas é não querer ver a existência de hierarquias sociais. Este tipo de enfoque não considera que a cultura é uma produção histórica que desvela a história das relações dos grupos sociais entre si. A abordagem aqui aceita é exatamente esta, ou seja, só existem culturas porque há dinamismo nas relações sociais e não meras práticas isoladas, cristalizadas, imutáveis, como propagam os particularismos e universalismos radicais. Então, para que se realize uma análise cultural mais precisa, é necessário primeiramente que definamos o ponto de vista a ser priorizado, que neste caso é o das culturas subalternas, ou melhor, das culturas populares:

A expressão *cultura popular*, sinônimo de *cultura do povo*, permite visualizar mais facilmente um aspecto que nos interessa ressaltar: o de ser uma prática própria de grupos subalternos da sociedade. Esta característica tem

implicações importantes na análise das condições de produção da cultura popular (AYALA e AYALA, 1995, p. 9).

Por essa razão, acredito ser mais adequado o uso do termo **culturas populares**, para designar as manifestações culturais populares (quando no singular, cultura popular corresponderá ao conjunto das manifestações, sendo, portanto, um termo mais conceitual e abstrato), e não **folclore**⁴. O termo **folclore**, em certas circunstâncias, tem um teor pejorativo (o que não deve ser levado a sério), implicando em uma visão anacrônica e estandarizada das práticas culturais populares⁵. O exemplo disso está na origem do termo, criado por William John Thomas e publicado pela primeira vez, na revista londrina *The Athenaeum*, em 22 de agosto de 1846, em carta que se referia às “antiguidades populares” como sendo o folclore:

As vossas páginas têm dado prova, tão freqüentemente, do interesse que tendes por aquilo que nós, na Inglaterra, designamos Antiguidades Populares ou Literatura Popular (se bem que seja mais um *lore* do que uma Literatura, que seria descrito de maneira mais adequada por uma boa palavra saxã composta, *folclore — o saber do povo*) que não estou sem esperança de obter a vossa ajuda para reunir as poucas pessoas que se encontram disseminadas naquele campo no qual nossos antepassados fizeram uma boa colheita (LOMBARDI-SATRIANI, 1986, p.76).

⁴ BASTIDE utiliza a palavra **folclore** em sentido amplo que “engloba os costumes e festas bem como as lendas e os provérbios” (“Introdução”. In: *Sociologia do folclore brasileiro*. São Paulo: Anhambi, 1959), considerando o folclore como o todo da cultura do povo. Por certo minha visão de cultura popular se confunde com a visão de BASTIDE naquilo que ele intitula de folclore. No entanto, a opção pelo primeiro termo deve-se ao sentido atual que o termo folclore alcançou no contexto brasileiro, obtendo muito mais, no meio científico que prima pela teoria crítica, um viés pejorativo de “folclorização”, isto é, alcançou uma mudança de sentido que consistiu na apresentação das manifestações populares fora de seu tempo, com reverência ao dominante e alijamento da participação popular, além da mudança de estilo, tudo para atender mais adequadamente à “turismização” da indústria cultural, que as transforma em produto. Todo o resto que não se enquadra ou não se adapta a essas características do que deve ser “folclore”, é simplesmente proibido ou censurado, o que faz com que, em meu entender, o termo “folclore” esvazie-se do sentido que BASTIDE o conferiu na realidade brasileira dos anos 50. LOMBARDI SATRIANI (1986.p.79) alerta que “o termo folclore acha-se investido já ao nascer de alguns significados precisos que remetem, por sua vez, a determinadas ideologias que podem ser, sinteticamente, referidas como nacionalistas e conservadoras”, que levaram à desvalorização crescente das tradições populares, ao extremo de serem confundidas unicamente com o pitoresco, a cor local, a caricatura e o conservadorismo. Eis minha opção, portanto, pelo termo “cultura popular”.

⁵ A **Carta do Folclore Brasileiro**, reeditada no VIII Congresso Brasileiro de Folclore, em Salvador (BA), no período de 12 a 16 de dezembro de 1995, considera folclore e cultura popular como equivalentes. E na Carta, “folclore é o conjunto das criações culturais de uma comunidade, baseado nas suas tradições expressas individual ou coletivamente, representativo de sua identidade social” (Capítulo I). Por mais que no documento identifiquem-se os fatores da manifestação folclórica na aceitação coletiva, tradicionalidade, dinamicidade e funcionalidade, não fica evidenciada a relação do folclore com as condições sociais de sua produção e mesmo a diversidade que marca as manifestações populares é minimizada: “A expressão cultura popular manter-se-á no singular”. É por essas razões que opto pelo termo culturas populares para designar as culturas das classes subalternas, que estão enraizadas no povo.

Ao situar seu campo no passado, os “folcloristas” apenas olham para a tradição como algo circunscrito a um tempo longo, no estilo “registre antes que acabe”, com o olhar do exótico e do distante, preocupados com uma **secularização comprovada** por objetos e documentos, ao estilo do arqueólogo. Complementarmente, ao optarmos pelo enfoque da cultura popular não apenas olho a tradição distanciada, mas também a atuação de uma **secularização manifesta** em processos como em produtos, cristalizados ou não, ou seja, priorizo o homem enquanto produtor e agente histórico.

Não é demais afirmar-se, contudo, que os folcloristas contribuíram para a “descoberta do povo” nos estudos antropológicos. O problema é que, desde o início, o termo folclore aponta para o nacionalismo e o conservadorismo, que posteriormente favoreceram a transformar as manifestações populares unicamente em produtos postos a venda pela indústria cultural e que excluem as classes populares, que os criaram, de seu consumo, como foi o caso em Parintins e São Luís: se num passado não muito distante os brincantes dos bumbás eram reprimidos pela polícia e as instituições políticas, ficando circunscritos a certas áreas das cidades (no caso de São Luís, até meados do século XX os Bumbás não poderiam ultrapassar a periferia da cidade e chegar ao centro, sendo retidos no bairro do João Paulo), hoje o boi-bumbá ou bumba-meu-boi é vendido pela indústria turística como produto “genuinamente” popular para os estrangeiros, por mais que os bumbás se apresentem unicamente nas arenas e arraiais institucionalizados pelo poder, não tendo mais a oportunidade, muitas vezes, de dançar nas ruas e terreiros que os deram origem. Creio que por um equívoco metodológico, os estudos folclóricos criaram “uma clara separação entre o estudioso e o seu mundo de um lado e as classes populares de outro; separação à qual se empresta uma valorização precisa em termos de inferioridade destas classes com relação ao mundo ‘culto’” (Ibidem, p. 79).

Essa posição dicotômica — as manifestações culturais populares como o gênio de um povo e identidade de uma nação, herança dos românticos de um lado; e de outro lado essas manifestações como ignorância e barbárie das classes populares, herança dos iluministas — aponta para o paradoxo de se ter em conta as culturas populares ora como manifestações superiores, ora como portadoras de uma condição de inferioridade. Esse estado irá se refletir na própria constituição das culturas produzidas por grupos não apenas são dominados, mas também subalternos:

As manifestações de cultura popular são necessariamente contraditórias. Veiculam concepções de mundo que atuam no sentido de manter e reproduzir a dominação, a exploração econômica, enfim, as desigualdades entre os diversos setores da população. Simultaneamente, expressam a consciência que seus produtores e consumidores têm dessa desigualdade e de sua própria situação, subordinada, na estrutura social, veiculando, também, pontos de vista e posições que contestam a ideologia dominante, podendo, portanto, contribuir não para a reprodução, mas para a transformação da estrutura social vigente (AYALA e AYALA, op.cit., p. 58).

Desdobrando-se entre uma visão minimalista (imitação de má qualidade e alienadora, sem dinamicidade e criatividade) e uma visão maximalista (criação autêntica e autônoma, superior às demais manifestações), as culturas populares acabam por serem a soma dessas visões, resguardados os desatinos conceituais. Porque a despeito da dominação social, a dominação cultural nunca é ampla e irrestrita, havendo um meio caminho entre a complacência e aceitação e a resistência e negação das culturas dominadas (subalternas) em relação à cultura dominante (hegemônica, e não homogênea como pretendem seus agentes), fato que pôde ser observado no estudo dos Bois-Bumbás de Parintins: por mais que a grande mídia o queira como Boi de arena, o Garantido ainda se mantém ligado às origens religiosas, sendo também um Boi de rua. Dessa feita, as culturas populares revelam-se não totalmente imitação e nem totalmente criação, sendo uma construção histórica de elementos originais e elementos importados.

Dada essa fugacidade, as culturas populares devem ser captadas não apenas no que têm de particular e característico, mas também na dinâmica social da qual fazem parte, o que sugerem AYALA e AYALA:

Um ângulo privilegiado para situar as práticas culturais populares como parte da dinâmica cultural da sociedade como um todo pode ser a observação das diversas tentativas de controlar, adaptar e integrar essas práticas a um sistema cultural que se pretende homogêneo, bem como as várias formas de resistência e de oposição àquelas tentativas (Ibidem, p.60)

Em razão do dinamismo das culturas na sociedade, se torna difícil definir, ou pelo menos conceituar, a cultura e o popular sem que haja um **estudo de caso**, de teor etnográfico, que contextualize o uso das expressões mediante outras contextualizações — social, econômica, geográfica — iniciais que remetam às manifestações culturais vistas como

populares: o que é cultura, o que é popular — próprio do povo ou imposto a ele? A partir daí, sim, observar as contradições, permanências e transformações que ocorreram internamente nas manifestações populares, assim como nas relações sociais, e chegar a responder: as culturas populares são resistência e negação ou complacência e aceitação quanto aos elementos exteriores a ela? Creio haver um terceiro caminho: a hibridação. Então, vamos a ele!

Referências bibliográficas

- AYALA, Marcos, AYALA, Maria Ignez Novais. *Cultura popular no Brasil*; perspectiva de análise. São Paulo: Ática, 1995.
- BASTIDE, Roger. *Sociologia do folclore brasileiro*. São Paulo : Anhambi, 1959.
- BURKE, Peter. *Cultura popular na Idade Moderna*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Trad. Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 1999.
- LOMBARDI-SATRIANI, Luigi M. *Antropologia cultural e análise da cultura subalterna*. Trad. Josildeth G. Consorte. São Paulo: Hucitec, 1986.

ABSTRACT: This article intends to discuss the concept of popular culture, based on the existent relationships among several cultural types, as well as in relation to the society historically bounded.

KEYWORDS: popular culture, folklore, society.